

Disputa ameaça projeto social elogiado no exterior

Oposição quer ampliação do programa que paga R\$ 100 a famílias que mantêm crianças em escolas do Distrito Federal

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. Uma briga entre o Governo petista do Distrito Federal e a oposição ameaça o maior projeto social da história de Brasília: o Programa Bolsa-Escola, que destina R\$ 100 mensais a cada família que mantém filhos na escola. Principal opositor do governador Cristóvam Buarque, o deputado distrital Luiz Estêvão (PMDB) conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Distrital um projeto que, segundo Cristóvam, inviabilizará completamente a bolsa-escola, por permitir o au-

mento do número de famílias beneficiadas de 20 mil para 120 mil este ano. O Governo alega não ter recursos para isso, já que os gastos passariam de menos de 1% do PIB (R\$ 20 milhões) para 3%.

Luiz Estêvão, empresário do setor imobiliário, já apresentou outros projetos de difícil execução. Em de fevereiro de 95, um mês depois de Cristóvam ter criado o Programa Bolsa-Escola por decreto, ele fez um projeto para mudar os critérios de concessão do benefício. A renda familiar exigida de meio salário-mínimo subiria para R\$ 300 para famílias com até três filhos, conforme a pro-

posta de Luiz Estêvão.

—Este é o estilo coronel pós-moderno, *cyborg*, do deputado Luiz Estêvão. Vou ser obrigado a vetar o projeto porque ele é demagógico e me recuso a me transformar num distribuidor de bolsas — reagiu Cristóvam.

—Não quero destruir a Bolsa-Escola. O GDF está reagindo porque sabe que o meu projeto é muito melhor. Os números do GDF são mentirosos— revidou Luiz Estêvão.

O Programa Bolsa-Escola começou no ano passado, quando 1.800 famílias da Vila Paranoá começaram a receber R\$ 100 por

mês desde que seus filhos, com idade entre 7 e 14 anos, frequentassem no mínimo 90% das aulas. A família só perde a bolsa se o aluno for reprovado por dois anos consecutivos. Este ano, já entraram para o programa 15 mil famílias e cerca de 30 mil crianças de Ceilândia, Samambaia, Braziliândia, Varjão, Recanto das Emas e São Sebastião. Nestas cidades aumentou o consumo nas padarias e papelarias.

Os resultados não deixam dúvidas sobre a eficácia social do Bolsa-Escola: dos 12 mil alunos beneficiados em 1995, apenas 20 (menos de 0,2%) abandonaram a es-

cola, enquanto a taxa média de evasão em 1994 foi de 7,4%. O índice de aprovação aumentou para 79,8%. O projeto, que chegou a ser elogiado pela revista americana "Time", permite que as crianças carentes troquem o trabalho nas ruas pela sala de aula.

— Este não é um programa de renda mínima mas de educação máxima. O impacto econômico é secundário: R\$ 100 no bolso do pai não muda sua situação de imediato mas seus filhos na escola mudam o país — argumenta Cristóvam Buarque.

Para assegurar a manutenção das crianças na escola até o fim

do Segundo Grau, Cristóvam criou a poupança-escola: uma conta aberta no Banco Regional de Brasília (BRB) em nome dos alunos carentes que passam de ano. A cada ano, o GDF deposita R\$ 100 por aluno. No fim da 4ª série, o aluno pode retirar metade do que está depositado (R\$ 200). Na 8ª série pode sacar outra metade e ao concluir o Segundo Grau retira toda a poupança. Para Cristóvam, a poupança tem o mérito não só de manter o aluno na escola durante 11 anos, como também de permitir que o jovem tenha no futuro um fundo para começar algum negócio. ■